



Estado de Rondônia  
Poder Legislativo  
Câmara Municipal de Porto Velho  
GABINETE DO VEREADOR DR. SANTANA

PROJETO DE LEI Nº. \_\_\_\_/GVDS/CMPV

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

**PROTOCOLO**  
Gerência das Comissões  
Projeto de Lei Ordinária nº **4974/2025**

DATA: **19/11/2025**

HORA: **11:30am**

"Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Apoio ao Tratamento com Medicamentos à Base de Substâncias Extraídas de Plantas com Propriedades Terapêuticas, e sobre a distribuição gratuita desses medicamentos no âmbito do Município de Porto Velho."

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 87, IV, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

**Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprova e eu sanciono a seguinte:**

**LEI:**

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Municipal de Apoio ao Tratamento com Medicamentos à Base de Substâncias Fitoterápicas com Potencial Terapêutico, no Município de Porto Velho, voltado à utilização de medicamentos autorizados pelos órgãos de vigilância sanitária, com ênfase em aplicações médicas e terapêuticas.

**Art. 2º** O programa tem como objetivo proporcionar acesso gratuito a medicamentos devidamente registrados, que contenham compostos derivados de plantas reconhecidas por sua aplicação terapêutica em casos de patologias nas quais os tratamentos convencionais tenham se mostrado ineficazes ou limitados.

**Art. 3º** São objetivos específicos desta Lei:

I - Viabilizar, por meio do SUS municipal, o fornecimento gratuito de medicamentos fitoterápicos autorizados para fins medicinais;

II - Promover ações educativas e capacitação de profissionais da saúde sobre o uso responsável e autorizado desses medicamentos;

III - Atender ao disposto no art. 196 da Constituição Federal, que garante o direito universal à saúde;

IV - Garantir o uso racional de recursos públicos em saúde com base em evidências científicas reconhecidas.

**Art. 4º** O Município poderá fornecer gratuitamente medicamentos que contenham compostos como o Canabidiol (CBD) e outros canabinoides autorizados pela Anvisa, para tratamento de doenças específicas, desde que haja prescrição médica justificada e respaldo técnico-científico.

**Parágrafo único.** O fornecimento será condicionado à prescrição médica formal e ao cumprimento dos critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 5º** O acesso ao medicamento se dará mediante apresentação de:

I - Prescrição médica detalhada;

II - Laudo médico que justifique a escolha do tratamento e a ineficácia de alternativas convencionais;

III - Comprovação de hipossuficiência econômica do paciente ou da família.

**Art. 6º** O fornecimento dos medicamentos poderá ocorrer nas unidades da rede pública de saúde e também em estabelecimentos privados conveniados ao SUS.

**Art. 7º** A Secretaria Municipal de Saúde será responsável pela regulamentação, aquisição, capacitação de profissionais e demais ações necessárias à execução deste programa.

**Art. 8º** O Poder Público poderá celebrar convênios e parcerias com entidades públicas ou privadas legalmente autorizadas, para aquisição, manipulação ou distribuição dos medicamentos previstos nesta Lei.

**Art. 9º** Os medicamentos distribuídos devem estar regularizados junto à Anvisa, possuir registro válido, e atender aos critérios de segurança e eficácia definidos pelas autoridades sanitárias.

**Art. 10.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 07 de outubro de 2025.

**DR. SANTANA**  
Vereador - PRD

**SEU DESATADOR GERAL DE NÓS (DGN)!**

Rua Belém, 139, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, CEP 76820-7



Estado de Rondônia  
Poder Legislativo  
Câmara Municipal de Porto Velho  
GABINETE DO VEREADOR DR. SANTANA

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei propõe a instituição do **Programa Municipal de Apoio ao Tratamento com Medicamentos à Base de Substâncias Fitoterápicas com Potencial Terapêutico**, visando garantir, no âmbito do Município de Porto Velho, o acesso gratuito a medicamentos devidamente autorizados pelos órgãos competentes de vigilância sanitária, nos casos em que seu uso seja respaldado por prescrição médica fundamentada e estudos científicos.

Trata-se de uma iniciativa **de caráter eminentemente sanitário e humanitário**, voltada exclusivamente ao campo da saúde pública, e **em plena conformidade com a legislação brasileira e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF)**.

É oportuno destacar que o **STF já reconheceu, em diversos julgados, o direito de pacientes portadores de doenças específicas ao acesso a medicamentos à base de canabinoides**, desde que observados os requisitos legais e técnicos exigidos. No julgamento do **Recurso Extraordinário nº 657.718/RS**, por exemplo, a Corte reafirmou o dever do Estado de assegurar o fornecimento de medicamentos necessários ao tratamento de saúde, ainda que não incorporados oficialmente ao SUS, desde que comprovada a necessidade, prescrição médica e inviabilidade financeira do paciente. Na **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.538/DF**, igualmente, o STF reafirmou a constitucionalidade da regulamentação sanitária sobre medicamentos à base de cannabis medicinal, reforçando o papel da **ANVISA** como órgão competente para autorizar e controlar a comercialização desses produtos no Brasil.

Além disso, diversos **municípios brasileiros já adotaram legislação específica sobre o tema**, demonstrando que há segurança jurídica e precedente institucional para a matéria. A título de exemplo:

- **Salvador/BA** aprovou a Lei Municipal nº 9.663/2023, instituindo a política de uso medicinal da cannabis e a distribuição gratuita de medicamentos que contenham **Canabidiol (CBD)** e/ou **Tetrahydrocannabinol (THC)** em unidades de saúde pública e conveniadas ao SUS;
- **Teresina/PI** aprovou a Lei nº 5.916/2023, autorizando a utilização da cannabis para fins medicinais e a disponibilização de medicamentos prescritos com os compostos referidos;
- **Garopaba/SC** aprovou a Lei nº 2.649/2024, criando o programa "**PraVida**", com foco na distribuição de medicamentos à base de canabinoides, com respaldo da vigilância sanitária.

No Brasil, os medicamentos à base de **CBD e THC** são autorizados para fins terapêuticos por meio de regulamentações específicas da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA**, conforme a **Resolução RDC nº 327/2019**, que estabelece os critérios para fabricação, importação, prescrição, dispensação e fiscalização desses produtos. A ANVISA mantém, inclusive, uma lista pública e atualizada de medicamentos com **autorização sanitária vigente**, que podem ser acessados por meio do portal oficial:

Ressalte-se que **não se trata de legalização ou incentivo ao uso recreativo da cannabis**, mas sim de um programa de saúde, controlado, regulamentado e vinculado a critérios médicos, científicos e sanitários, como já ocorre com outros medicamentos de uso restrito no SUS.

O projeto de lei ora apresentado estabelece, com clareza, que o acesso a esses medicamentos:

- **Depende de prescrição médica especializada;**

- Requer **laudo técnico comprovando a necessidade terapêutica**;
- Exige **comprovação de hipossuficiência econômica**, em respeito ao princípio da equidade no SUS;
- Limita-se a medicamentos **autorizados pela ANVISA**, com controle de qualidade e rastreabilidade.

Dessa forma, o Município de Porto Velho **atua dentro de sua competência legislativa** para suplementar normas federais, conforme estabelece o **art. 30, inciso II, da Constituição Federal** e o **art. 7º da Lei Orgânica do Município**, especialmente no que se refere à execução e aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde local.

Por fim, esta proposta representa um importante avanço para a garantia do **direito fundamental à saúde**, respeitando o ordenamento jurídico vigente, as decisões dos tribunais superiores e a regulamentação da autoridade sanitária nacional. Trata-se de um passo responsável e compatível com os princípios da legalidade, da precaução, da proteção à vida e da dignidade da pessoa humana.

**Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição, que se alinha aos valores constitucionais e ao interesse público da nossa população.**

Porto Velho, 07 de outubro de 2025.

**DR. SANTANA**  
Vereador - PRD



Assinado por **Devonildo De Jesus Santana** - Vereador - Em: 18/11/2025, 09:14:48